

O reajuste deverá ser calculado pela área econômica do governo. Mas as escolas particulares sabem o que querem cobrar.

# A confusão de volta à mensalidade escolar

Fuvest  
e Unicamp  
iniciam a  
1ª fase

Nos exames vestibulares 89, o Departamento de Música da Universidade de São Paulo saiu na frente, ontem, com a primeira prova de aptidão, que busca conhecer, entre os 217 candidatos inscritos, os 20 mais habilitados para cursar a carreira de Música. Neste domingo, a Unicamp recebe os 30.932 candidatos inscritos para seu exame da primeira fase, com a prova de Redação, que vale 62,5% deste teste e 12 questões de Conhecimentos Gerais. E, no próximo domingo, dia 11, será a vez da Fuvest realizar para os quase 95 mil inscritos o seu tradicional exame da primeira fase.

Os candidatos à carreira de Música estão dispensados da 1ª fase da Fuvest — eles farão apenas os exames da segunda fase de 8 a 11 de janeiro — mas ainda fazem, amanhã e domingo, a segunda parte da prova de aptidão.

Para os candidatos que deverão fazer os exames de primeira fase — isto vale tanto para os inscritos na Unicamp quanto na Fuvest — a recomendação é a mesma: chegar ao local de exame ao meio-dia, carteira de identidade, lápis, borracha, caneta, uma fruta e água na mão. Os portões fecham às 12h40 e ninguém poderá entrar atrasado. A prova começa a ser distribuída logo em seguida, às 12h45, e o candidato terá quatro horas para respondê-la. "Nada de passar a noite em claro. Durma bem porque o que tinha de ser estudado e memorizado ou entendido já o foi. Vista uma roupa leve em que se sinta bem confortável e venha para o exame tranquilo", recomenda Jocimar Archangelo, da Comissão do Vestibular da Unicamp, lembrando que a prova da Unicamp "exige muita reflexão" e o candidato "deve estar descansado para poder trabalhar com todas as suas potencialidades".

Na Unicamp, os telefones 39-3130 e 39-3132 estão à disposição dos candidatos para sanar as possíveis dúvidas ou problemas.

As escolas de Brasília preparam-se para eleger seus diretores



Cerca de 400 mil estudantes estarão votando na capital federal, na próxima semana. Os 600 candidatos desenvolvem uma intensa campanha, com direito a discursos à direita e à esquerda, muito papel e pincel atômico e até cabos eleitorais mirins. Será a escolha dos novos diretores das escolas públicas de Brasília, e que promete mudar o perfil da administração educacional na cidade: calcula-se que 50% dos favoritos são simpatizantes do PT ou do PDT.

"Isto é um absurdo!", assusta-se Eurides Brito, pedagoga e suplente de deputada pelo PFL, que foi secretária de Educação do

Distrito Federal no governo Figueiredo. Ela defende o concurso público para diretores — sistema utilizado com sucesso, afirma, em São Paulo —, e dispara: "Escola não é lugar para afirmação de partido político. O concurso, sim, dá oportunidade a todos e premia a competência".

Outro ex-secretário de Educação do DF, jornalista e senador Pompeu de Souza (PSDB-DF), é um incansável incentivador da prática eleitoral. Ele concorreu à primeira eleição da história política de Brasília, e implantou as eleições nas escolas públicas em 1985.

## Trinta reitores pedem socorro

Trinta reitores de universidades públicas brasileiras divulgaram, ontem, o manifesto "SOS Educação Pública", ao final de um encontro de dois dias realizado em Belo Horizonte, onde alertam que as atividades das universidades "ficarão irremediavelmente afetadas" no ano que vem, se o Congresso Nacional aprovar a proposta de orçamento do governo que estipula em apenas 3,52% o percentual das despesas de custeio e capital dentro do orçamento das universidades. Hoje, a comissão mista do Congresso Nacional votará o tema.

Pela proposta de orçamento do governo, as universidades receberão, em 89, cerca de Cz\$ 480 bilhões, dos quais 3,52% ou Cz\$ 17 bilhões seriam destinados para cus-

teio e capital, e 96,5% para despesas de pessoal. Os reitores apóiam emenda apresentada à comissão mista, que eleva os 3,52% para 15%. Para não retirar recursos das despesas com pessoal ou de outros níveis do ensino, a emenda propõe que sejam destinados Cz\$ 55 bilhões do Fundo de Contingência (reserva do governo para casos de calamidades) para as universidades, com o que se chegaria aos 15%.

No manifesto, os reitores alertam os congressistas para a sua responsabilidade, lembrando que "o progresso econômico e social de um país depende, antes de mais nada, do desenvolvimento educacional do seu povo".

Os reitores também divulgaram um do-

Os "problemas cruciais" que atingem hoje as 456 escolas da rede pública (como caduquice do sistema de ensino, debilidade da estrutura física e violência dentro das escolas — uma semana atrás, a estudante Dilma Lopes, de 14 anos, foi assassinada em uma sala de aula) são, segundo o senador, "resultado da decomposição da nova república, que envelheceu como a velha. E, também, da forma subumana como tem sido tratada a população brasileira". Mas Eurides Brito discorda. Para ela, o ponto-chave "é a capacidade administrativa dos candidatos a diretor".

cumento final do encontro, onde defendem que "a autonomia universitária, garantida na Constituição, deve ser exercida de imediato".

O reitor de UnB, Cristóvão Buarque, defendeu as eleições diretas para reitor dentro das universidades, mas sugeriu que o nome escolhido seja também referendado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a exemplo dos processos de indicação ocorridos nos tribunais superiores do País.

Já o reitor da UFRJ, Horácio Macedo, quer eleições diretas sem a exigência de aprovação do reitor escolhido por autoridades, que não participam do meio universitário.

O ministro da Educação, Hugo Napoleão, disse ontem que a definição dos reajustes das mensalidades escolares para 1989 poderá ficar a cargo da área econômica do governo. "Apesar disso, a assessoria técnica do MEC continua a estudar esse assunto", acrescentou. A Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), no entanto, diante da indecisão do governo, divulgou normas para o reajuste do ano que vem, o que causou protesto da Associação Nacional dos Pais e Alunos de Escolas Particulares.

Conforme a recomendação, as 35 mil escolas particulares ligadas à Fenen, ao cobrar a primeira mensalidade do próximo ano, deverão incluir, além da URP de janeiro, mais 27% do resíduo da inflação desse ano, não recuperado pela URP. A partir de janeiro, as mensalidades serão reajustadas com base no IPC do mês anterior. Pelo Decreto nº 95.921, que regulamentou o pagamento das mensalidades este ano, a URP é a base para os reajustes. O presidente da Fenen, Roberto Dornas, no entanto, declarou que esse decreto deixa de valer em 31 de dezembro. "Não podemos mais usar a URP porque sempre vai haver um resíduo inflacionário e a consequente necessidade de realinhamento dos preços", completou Pasile Anastassakis, vice-presidente da federação.

O presidente da Associação Nacional de Pais e Alunos, Luís Cassimiro, classificou de "absurdas" a falta de decisão do Ministério da Educação e a formulação da proposta de reajuste da Fenen.

A recomendação da Fenen, segundo Anastassakis, está de acordo com a Constituição, que em seu artigo 173 diz que o poder público só poderá intervir na ordem econômica na verificação de abuso de lucro. Ele disse que "cabrá ao Ministério da Educação fiscalizar se não há abusos, com a utilização da margem de lucro acima de 10%, índice aprovado pelo governo".

"A grande culpada pelo impasse é exatamente a omissão do governo, que já deveria ter vindo a público para esclarecer como será o pagamento das escolas em 89", disse Hebe Tolosa, presidente da Associação de Pais e Alunos de Escolas Particulares de São Paulo, criticando o índice de 33,4% de reajuste fixado para as escolas paulistas pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieesp).